

III ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA CPLP (AP – CPLP)

“Processos de integração regional e valores fundamentais”

Senhor Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP,
Senhores Presidentes dos Parlamentos da CPLP,
Senhores Vice-Presidentes e Chefes de Delegações,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Secretários-Gerais,
Senhores Embaixadores,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero começar esta intervenção sublinhando mais uma vez a felicidade e a honra de participar nesta reunião em nome da Presidência da Assembleia da República de Portugal nesta cidade de Díli, capital de Timor Leste.

Para quem acompanhou de perto com a razão e com o coração a impressionante e histórica luta pela independência e pela liberdade,

tendo estado aqui depois do referendo da coragem e do sangue e também no dia da concretização do sonho da independência, é emocionante estar hoje neste centro da democracia, juntamente com os parlamentares de todos os países da CPLP.

Sermos todos representantes do nosso eleitorado, saídos de processos internacionalmente legitimados é um facto muito importante. Como já foi antes sublinhado, o desenvolvimento desta Assembleia Parlamentar introduz maior democracia na CPLP, também porque a existência desta instância aprofunda o pluralismo na Organização.

Vale a pena insistir que para nós, parlamentares, a informação sobre os programas de cooperação e seus resultados, tanto os de natureza empresarial ou técnica, como os existentes nas áreas fundamentais da educação e da juventude, e em geral nas áreas sociais, continua a ser essencial, como foi sublinhado em Lisboa em 2010.

O tema que me é proposto tem grande actualidade e é absolutamente crítico nos tempos que vamos vivendo. A globalização acelerou de tal forma nas últimas décadas que permitiu que em praticamente todo o mundo, camadas sociais muito amplas em número absoluto, mas por vezes pouco expressivas em termos relativos, tivessem acesso não apenas a alimentos mas a

bens de consumo de todos os tipos, a capitais e a informação. Mas, em particular desde há três anos, de forma desigual mas forte,

muitos países nos vários continentes foram severamente atingidos pela desregulação desse processo, com sérias consequências financeiras, mas também com impactos extremamente negativos sobre o crescimento económico e o emprego.

É verdade que isto não aconteceu em todos os países, nem sequer em todos os países da CPLP – vemos, por exemplo, com grande satisfação, a capacidade do Brasil em se afirmar com excelência nestes diferentes níveis - mas o que é um facto é que esta crise global está longe de ter terminado, manifesta-se hoje de outras formas e pode também transformar vencedores em vítimas do próprio sucesso.

Num quadro de desenvolvimento de comércio livre à escala mundial são pois necessárias regras, regulação, que assegurem futuro para o multilateralismo e mais justiça social à escala global. Neste contexto, o aprofundamento da cooperação económica, financeira e até mesmo política à escala regional constituem um elemento potencialmente motor. E nem mesmo a importante crise que se vive hoje na União Europeia e em particular na zona euro, põe em causa o que afirmo.

O que está à vista é que nos processos de integração regional não se pode ficar a meio caminho entre as meras uniões aduaneiras e as exigentes uniões económicas e monetárias.

Sem o avanço das uniões políticas, com as inerentes partilhas de soberania, os modelos intermédios podem conduzir a situações financeiras e sociais insustentáveis.

Na verdade, a integração regional é hoje um fenómeno mundial dos sistemas territoriais que promovem o crescimento das interacções entre os seus componentes e criam novas formas de organização, coexistindo com formas tradicionais de organização já implantadas ao nível nacional.

Ou dito de outra forma, um processo de integração regional levado a cabo por um conjunto de países permite criar uma rede entre esses mesmos países que – em função do seu grau de aprofundamento – reforça a centralidade e a capacidade de influência dos membros que a compõem.

Ora, nestes últimos anos, parece ter ficado cada vez mais evidente para todos que nenhum país – especialmente de pequena ou média dimensão – pode sobreviver sem ancorar o seu trabalho numa ampla rede internacional.

A relevância de um país e a capacidade de fazer ouvir a sua voz, determinando também a forma como poderá influenciar os principais desafios que se colocam ao mundo, decorre em grande parte da sua maior ou menor inserção nessa rede internacional.

Neste contexto, permitam-me falar um pouco do caso de Portugal. O plano europeu e o plano transatlântico servem de âncoras para a nossa actuação internacional, porque nos alicerçam em duas das redes mais centrais para a política contemporânea – a União Europeia e a NATO –. É evidente que em nenhum dos casos Portugal pode ambicionar ter uma influência desmesurada, mas, conseguindo valorizar as suas especificidades internacionais, Portugal fica numa situação privilegiada para ter mais influência do que outros países da sua dimensão.

A CPLP representa outra dimensão fundamental do nosso habitat natural, e dá à política externa portuguesa um potencial de profundidade que de outra forma não se poderia ambicionar.

O facto de Portugal pertencer à CPLP dá-lhe uma especificidade e confere-lhe uma capacidade acrescida de desenvolver novas formas de regulação sobre determinados temas – até da agenda globalizada – que poderão marcar a diferença.

Conjugando a nossa presença na CPLP com a que temos noutros espaços regionais, verificamos que nos encontramos numa posição mais forte para contribuir para o multiregionalismo e que temos condições para exercer alguma influência através das nossas redes de relacionamento multilateral.

Estou certo que o mesmo se aplicará aos restantes Estados membros aqui presentes.

Com efeito, a CPLP está em quatro continentes e, através dessa presença pluricontinental, os países da CPLP participam em relevantes organizações regionais e sub-regionais do mundo – a União Europeia, o Mercosul, a União Africana, a CEDEAO, a SADC, só para mencionar algumas –. Também Timor-Leste, que já é Observador na ASEAN, aspira a ser membro de pleno direito dessa organização regional, dentro do espírito de procura de maior integração na sua sub-região não apenas para reforçar o seu peso e a sua projecção internacional mas também para valorizar o próprio espaço regional com a sua identidade política e cultural.

Apesar de ser constituído apenas por oito países, esses países são muito representativos da diversidade do mundo, o que não deixa de ser relevante como forma de ganharmos uma forte sensibilidade sobre os desafios que, de forma diferente, a globalização coloca a cada um de nós.

Por outro lado, é possível, e desejável, que se consolide a rede dos diferentes espaços regionais em que nos inserimos – através de esforços nacionais –, com vista ao benefício comum. E a CPLP, também ao nível desta Assembleia Parlamentar, pode e deve

debater e valorizar as diferentes experiências regionais dos seus estados membros.

Nesse contexto, constituem exemplos de sucesso – entre outros que se poderia referir – o patamar que a América Latina ou África pôde alcançar nas prioridades externas da União Europeia, ou o peso que representa Timor-Leste nas relações do sudoeste asiático com a União Europeia. São exemplos quanto à importância para o fortalecimento do relacionamento entre os membros da CPLP, como forma de potenciar as suas posições em África, na Europa, na Ásia e na América do Sul.

Com o objectivo de promover a sua própria valorização, em benefício de todos que a constituem, a CPLP tem procurado adensar a rede dentro doutras redes, consagrando a importância do reforço das relações com outras organizações internacionais (como a ONU), bem como o estabelecimento de parcerias com organizações regionais e sub-regionais em que se inserem os Estados-membros.

À ideia de integração, estão implícitos os conceitos com ela relacionados de cooperação e coordenação. A CPLP tem em vista reforçar a concertação, a cooperação e a coordenação quer para dentro, quer para fora, bem como assegurar a complementaridade e as sinergias necessárias a fim de aumentar o valor das suas acções, projectos e programas conjuntos.

Através de uma visão partilhada, ancorada em princípios e valores comuns e nas afinidades históricas e culturais existentes, a CPLP pretende alcançar um crescimento económico que permita melhorar os padrões e a qualidade de vida dos povos que a constituem, desenvolver instituições comuns, promover o desenvolvimento sustentável, fomentar a complementaridade entre os programas nacionais e regionais e promover a paz e a segurança.

Este exercício permanente alicerça-se num quadro de valores fundamentais que orientam a acção quer da Organização, quer dos próprios Estados membros que a constituem. Pese embora a CPLP congregar a diversidade e assentar num sistema de múltiplas pertenças, algo que a todos deve orgulhar é a permanente busca e o permanente aperfeiçoamento dos valores fundamentais, consubstanciados nos princípios orientadores que subjazem à CPLP. São eles que constituem a matriz da actuação estratégica, enquanto bloco comunitário, na defesa de interesses comuns.

Os valores fundamentais. Esse é o tijolo que alicerça a construção do edifício da CPLP. A sua valorização reflecte o compromisso comum no sentido da promoção e defesa dos direitos humanos e liberdades fundamentais, tal como estabelecido na Declaração Constitutiva e nos Estatutos da CPLP.

Promovendo-se o Estado de direito e o fortalecimento da democracia e da boa governação, promovendo-se a garantia do pluralismo político, o respeito pela diversidade cultural, o fortalecimento da sociedade civil e, na componente externa, a defesa do multilateralismo.

Neste quadro, será também de destacar a defesa dum valor fundamental, de natureza cultural e identitária, que é o fortalecimento da coesão da Língua Portuguesa, a sua promoção e apoio ao seu ensino.

A língua é aquilo que de forma mais matricial serve de elo umbilical entre os Estados Membros da CPLP. É um factor identitário para a Comunidade, e se nos interessa reforçar a Comunidade faz sentido concentrar o nosso trabalho nos seus elementos mais nucleares. A promoção e disseminação da Língua Portuguesa é um dos objectivos estatutários da CPLP, e além disso é bom recordar que essa realidade tem hoje um significado novo, um significado reforçado, num contexto de globalização.

Interessa a todos os Estados Membros apoiar o reforço da língua portuguesa no cenário internacional. Aliás, este tema foi objecto de consenso ao mais alto nível. Deram-se já passos importantes no sentido do reforço da língua portuguesa, como a aprovação do Plano de Acção de Brasília ou a redinamização do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, tornando-o mais activo, mais acutilante na identificação de objectivos e oportunidades.

Para além destes aspectos, deve-se dar corpo ao objectivo de reforçar a presença internacional da língua portuguesa, no âmbito do ensino, da presença nas organizações internacionais, na criação de mecanismos de certificação, e na formação de professores e de tradutores.

Também a cidadania e a circulação, baseados em modelos assentes na diversidade e no respeito dos direitos fundamentais, assumem um papel estruturante.

A dimensão humana no espaço da cidadania é uma componente essencial para o funcionamento do factor aproximação. Neste particular, é de destacar a importância do debate em torno do projecto de Convenção Quadro relativo ao Estatuto de Cidadão da CPLP. Urge reflectir sobre as melhores formas de prosseguir a sua discussão no sentido de reforçar o sentimento de pertença à CPLP,

sobretudo por parte das populações dos Estados membros. Devemos reconhecer, naturalmente, que os Estados Membros têm dificuldades várias em conceder direitos políticos, económicos e sociais a nacionais de outros Estados Membros. Superar estas dificuldades requererá um esforço acrescido que concilie as obrigações internacionais de cada Estado Membro e o objectivo comum de aprofundar a CPLP em benefício dos cidadãos dos seus Estados Membros.

Estas questões estão em aberto e devem constar das prioridades dos processos de integração regional. Assim, não obstante as dificuldades, a Comunidade deve pugnar por mais cidadania e mais circulação.

A pedra basilar em que assentam os valores da Paz, da Democracia e do Estado de direito e dos Direitos Humanos, da Solidariedade e da Cooperação estão proclamados pela CPLP.

Registam-se, pois, transformações políticas que permitem alcançar, nuns casos e melhorar, noutros, o desiderato proposto. O sentimento comunitário funda-se na necessidade de se verificar um constante aperfeiçoamento destes valores.



Com base nos diversos processos de integração regional e nos valores fundamentais que nos unem, estou certo que estamos todos disponíveis para continuar a trabalhar, com vista ao fortalecimento da nossa Comunidade, que queremos firme e consolidada, para enfrentar os desafios que se nos apresentam na cena internacional.

O Vice-Presidente da Assembleia da República de Portugal,

Eduardo Ferro Rodrigues

Dia: 22 de Setembro de 2011

Hora: 11H30

Local: Parlamento Nacional de Timor-Leste